

Territorialidade no jornalismo alternativo brasileiro:

construções midiáticas do *Lado B do Rio*

Paulo Henrique Semicek¹ e Maria Clara Aquino²

Resumo

O jornalismo alternativo estabelece um contraponto ao jornalismo tradicional, supostamente incapaz de ser plural. Em um contexto decolonial, como se pode pensar o cenário político brasileiro, as práticas alternativas são capazes de abordar territorialidades periféricas com o destaque que grupos maiores de comunicação do país não conseguem produzir. Isso se deve ao reforço do compromisso social do jornalismo que os projetos alternativos buscam ressaltar, indicando que esse é um fator ausente nos meios hegemônicos. Logo, o objetivo geral deste artigo é identificar diálogos entre o jornalismo alternativo brasileiro e o debate político e socioeconômico de diferentes territórios aos quais realiza construções midiáticas, tendo como objeto empírico os episódios #234 e #292 do veículo brasileiro *Lado B do Rio*. Entre os objetivos secundários, há a observação de posicionamentos políticos do projeto, a análise de subjetividade dos comunicadores e também do exercício de cobertura jornalística em diferentes territórios. Como etapa metodológica, o estudo utiliza a Análise do Discurso para identificar enunciados em ambos os episódios que revelem uma produção de sentidos direcionada a pensar diferentes aspectos da territorialidade discutida neste recorte verificado.

Palavras-chave

Jornalismo alternativo; Jornalismo; Mídia; Construções midiáticas; Territorialidade.

¹Doutorando em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências de Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: paulohsemicek@gmail.com.

²Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: aquino.mariaclara@gmail.com.

Territoriality in Brazilian Alternative Journalism:

Media Constructions of *Lado B do Rio*

Paulo Henrique Semicek¹ and Maria Clara Aquino²

Abstract

Alternative journalism establishes a counterpoint to traditional journalism, which is supposedly incapable of being plural. In a decolonial context, when considering the Brazilian political landscape, alternative practices are capable of addressing peripheral territorialities with the emphasis that larger media groups in the country fail to provide. This is due to the reinforcement of the social commitment of journalism that alternative projects seek to highlight, indicating that this is a factor absent in hegemonic media. Therefore, the overall objective of this article is to identify dialogues between Brazilian alternative journalism and the political and socioeconomic debate of different territories in which it conducts media constructions, using episodes #234 and #292 of the Brazilian outlet *Lado B do Rio* as empirical objects. Among the secondary objectives are the observation of the project's political positions, the analysis of the subjectivity of the communicators, and also the exercise of journalistic coverage in different territories. As a methodological stage, the study uses Discourse Analysis to identify statements in both episodes that reveal a production of meanings aimed at considering different aspects of territoriality discussed in this verified excerpt.

Keywords

Alternative journalism; Journalism; Media; Media constructions; territoriality.

¹Doutorando em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências de Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: paulohsemicek@gmail.com.

²Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: aquino.mariaclara@gmail.com.

Introdução

O jornalismo alternativo, pela amplitude do termo, permite diversas tendências de produção de conteúdo que, em comum, possuem a necessidade de estabelecer um contraponto a práticas de uma imprensa considerada dominante e tradicional. Assim como a pluralidade e o posicionamento político se mostram recorrentes nesta postura alternativa, o diálogo com a territorialidade é um caminho pertinente para se pensar um jornalismo reconhecidamente crítico.

Dessa forma, se é possível pensar o jornalismo alternativo brasileiro como uma forma de destacar acontecimentos que não são ou são insuficientemente abordados por uma mídia tradicional (Pachi Filho *et al.*, 2019), há um aspecto de decolonialidade relevante a ser abordado. Isso acontece porque, dadas as relações de desigualdade e discriminação que marcam o país e o continente latino-americano (Barbosa, 2022), há uma série de territorialidades que podem não atender às lógicas da imprensa tradicional. Ou que não se enquadram nos discursos que esses meios lançam sobre elas.

Logo, o jornalismo, de modo geral, deve ser indagado sobre como interage com certas territorialidades. E, ainda, de que maneira contribui para o exercício de uma cidadania ativa nessas localidades (Brites, 2019). Se um grupo poderoso e restrito de meios de comunicação não é capaz de cobrir ou lançar múltiplas perspectivas sobre uma comunidade, uma cidade, uma região metropolitana ou um território de qualquer extensão, é pertinente que outros comunicadores, mesmo inseridos nesses locais, tomem a iniciativa de promover, às suas maneiras, uma comunicação mais democrática (Decima, 2020).

A luta contra um olhar homogeneizado diante de territórios (Patrício, 2023) acaba por impulsionar um jornalismo alternativo plural que utiliza de suas construções midiáticas para visibilizar e permitir que se visibilizem uma série de atores sociais que, mais do que viverem em certos territórios, contribuem para suas midiaticizações (Sarmiento; Martinuzzo, 2019). Essa problematização, do modo como está construída, leva a uma questão central de pesquisa: como o jornalismo alternativo brasileiro pode pensar politicamente territórios aos quais constrói midiaticamente, contribuindo para a visibilização desses no debate público?

Dessa forma, o objetivo geral do artigo é identificar diálogos entre o jornalismo alternativo brasileiro e o debate político e socioeconômico de diferentes territórios aos quais realiza construções midiáticas. Com um recorte metodológico delimitado nos episódios #234 (Lado [...], 2022b) e #292 (Lado [...], 2023) do projeto alternativo *Lado B do Rio*, o estudo tem ainda, como objetivos secundários, a observação da construção de posicionamentos políticos do veículo, a análise da manifestação das subjetividades dos comunicadores e a verificação do exercício da cobertura jornalística em diferentes tipos de territórios midiaticizados.

O trabalho se justifica pela pertinência na observação do jornalismo alternativo brasileiro como um espaço plural. Nesse espaço, moradores e frequentadores dos mais variados territórios encontrem um jornalismo que não somente realize coberturas midiáticas sobre seus acontecimentos, mas que busque compreender as perspectivas de cada lugar. O texto ainda se propõe como reflexão e contribuição para os estudos de comunicação alternativa, para que outros trabalhos também possam observar projetos jornalísticos com características próximas.

Como etapa metodológica, será utilizada a Análise do Discurso (Pêcheux, 2006) para a observação de enunciados como elementos discursivos que estabelecem o diálogo entre o veículo alternativo e as territorialidades que estão sendo abordadas nos episódios #234 e #292. A partir desse recorte, são selecionados e classificados trechos dos materiais a partir de três pontos principais de análise: as construções midiáticas sobre os territórios, a impressão de subjetividades dos comunicadores diante dos temas e a contextualização da realidade política das localidades.

Revisão teórica: o jornalismo alternativo, sua territorialidade e seu compromisso social

O termo “jornalismo alternativo” carrega consigo a amplitude e a interseccionalidade de uma práxis que nasce fundamentalmente crítica, ou seja, surge de uma incompletude de determinado modo de se fazer jornalismo. Existem outras nomenclaturas que buscam definir a mesma prática, no entanto a opção aqui é por uma ideia de alternatividade. Em uma visão mais abrangente, a escolha é mais permissiva a projetos que, de uma forma ou de outra, existem porque suas linhas editoriais encontram pouco ou nenhum eco no que se convém chamar de “imprensa tradicional”.

Logo, é um ponto de convergência pensar no jornalismo alternativo como a “abordagem de fatos não noticiados pela mídia tradicional, ou por tratá-los de forma distinta da que é abordada por ela” (Pachi Filho *et al.*, 2019, p. 24). Outro elemento que faz parte dessa discussão é a pluralidade proposta por tais veículos, em que se busca visibilizar sujeitos e possibilitar que vozes ausentes dos grandes veículos de comunicação de um país sejam contempladas por esse jornalismo (Semicek; Aquino, 2022).

Essa ruptura epistemológica, tal como se constitui, problematiza o próprio conceito de notícia. Isso porque a ideia de um jornalismo objetivo e imparcial pode ser debatida por sua capacidade de reconhecer-se como uma prática em que perspectivas e discursos estão essencializados na produção do texto noticioso. Logo, o processo de olhar para um determinado fato, apurá-lo e reportá-lo é atravessado por discursos.

Propomos chamar "notícia" a um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado. [...] Diversamente tratado: isso significa que, no mesmo instante em que se dá a notícia, ela é tratada sob uma forma discursiva que consiste grosso modo em: descrever o que se passou, reportar reações, analisar os fatos (Charaudeau, 2007, p. 132).

Ainda que seja motivo de um frutífero debate sobre o que sejam a imparcialidade e a objetividade no jornalismo, tal problematização é importante para que projetos alternativos produzam conteúdos plurais, repensando o compromisso social entre o jornalista e o público para o qual está se dirigindo. Gómez Rodríguez e Celecia Pérez (2022) se deparam com essa problemática ao observar iniciativas alternativas como os veículos *Zona Docs* (Zona [...], 2017) e *Tráfico ZMG* (Tráfico [...], 2024), projetos jornalísticos voltados para a cobertura da violência na região de Guadalajara, no México.

Essa pluralidade pode ser melhor destrinchada quando, assim como esses projetos mexicanos, se observa o contexto decolonial no qual veículos alternativos latino-americanos – o que inclui naturalmente iniciativas brasileiras – identificam incompletudes nos grandes grupos comunicacionais do país. Dessa forma, uma práxis alternativa brasileira deve refletir sobre suas lógicas de produção e como essas se diferenciam dos traços discriminatórios de colonialidade que marcam profundamente as relações sociais no país e no continente (Barbosa, 2022).

A escolha pelo *Lado B do Rio* como objeto empírico de pesquisa deste artigo se justifica, dentre outros fatores, pelo interesse em observar como um veículo alternativo brasileiro estabelece, por meio de suas posturas editorial, política e também econômica (Ramos, 2019), um diálogo com o lugar onde está inserido social e territorialmente. Esse reconhecimento, portanto, configura-se como um passo inicial, ainda amplo, em direção à discussão do jornalismo alternativo e suas territorialidades.

Mais do que uma observação de rotinas e posicionamentos, no entanto, o que se propõe é uma contribuição teórica e metodológica que provoque uma reflexão sobre essas práticas alternativas. O que implica em dar um passo além da ruptura epistemológica inicial da qual surgem esses projetos. É uma necessidade, inclusive, observada por Pachi Filho *et al.* (2019) em sua investigação sobre a produção acadêmica recente a respeito do tema: identificar a pluralidade política e social também na prática laboral desses veículos, algo que os autores observam ser relativamente pouco discutido.

Adentar em tais provocações decoloniais e organizacionais é uma forma de localizar um fator fundamental para o desenvolvimento de projetos jornalísticos alternativos brasileiros: o compromisso social, que alegam abordar de maneira distinta ao que fazem veículos da imprensa tradicional. No caso específico do *Lado B do Rio*, tais proposições conectam um conceito de jornalismo com um território, parte físico e parte imaginário.

Esse compromisso social se relaciona diretamente com uma ideia de cidadania, na qual o jornalismo é produzido como um instrumento de transformação da sociedade. Reflete-se aqui, portanto, se a essência dessa atividade está justamente no quanto ela é capaz de reforçar-se como elemento de cidadania. E de que maneira suas práticas, hegemônicas ou alternativas, são capazes de se aproximar desse compromisso social.

O jornalismo constitui-se neste sentido como um espaço de potenciação de uma cidadania mais ativa, promovendo a reflexão e a ação pela prática, contribuindo ainda para uma mudança social importante e positiva, no sentido de uma melhoria de competências jornalísticas, técnicas, organizacionais e cívicas (Brites, 2019, p. 12).

Um movimento alternativo brasileiro sobre esse debate é vislumbrado quando observa-se o conceito de comunidade, seja o projeto fundamentalmente de jornalismo comunitário ou não. Se a definição de comunidade, neste contexto, passa pelo entendimento de “grupos de indivíduos em torno de uma causa comum, que compartilham interesses, objetivos e desafios a serem enfrentados” (Monteiro, 2023, p. 130), cabe identificar aqui, uma vez estabelecida a ruptura com a imprensa tradicional, como o diálogo entre jornalistas e comunidades efetivamente se dá.

Tal ruptura passa, portanto, por redimensionar a relação entre quem produz conteúdo jornalístico, quem está sendo retratado nessas coberturas e o público a quem esse material é direcionado. Se o que se convencionou chamar de “grande mídia” não se conecta em linguagem, território e pertencimento com uma determinada comunidade, ela também não será capaz de realmente desenvolver narrativas que gerem uma profunda identificação (Rocha, 2021).

Sob outra perspectiva, o fato de existirem jornalistas dispostos a promover uma pluralidade que entendem não existir na “grande mídia” indica que a diferença vai além da observação de determinado território - mais do que visibilizar pessoas e comunidades, uma comunicação democrática passa também por tornar protagonista, de alguma forma, quem ocupa e se reconhece como parte do território.

Os processos de comunicação no território agudizam uma relação dialética na qual a hegemonia comunicacional pode ser reelaborada em um processo de resistência e conquistas [...] e a promoção de uma comunicação democrática que resulta imprescindível. É preciso gerar um sistema para conhecer o bairro, um filtro por fora desta trama (Decima, 2020, p. 8) [1].

Aqui, ao trazer o conceito de territorialidade, coloca-se como elemento de discussão a forma como comunicadores e o público pensam a cultura e as sociabilidades que se estabelecem a partir de determinado lugar. Sarmiento e Martinuzzo (2019), ao observarem empiricamente um projeto jornalístico alternativo, apontam que a experiência de viver em um território carrega certo dinamismo e constante atualização política, econômica, social e cultural. Nesse ponto, a comunicação é elemento-chave,

pois suas mediações atuam “seja para estabelecer as hegemonias fundantes de uma comunidade (poder) [...], seja para tecer o dia a dia das relações humanas e suas idiossincrasias cotidianas (práticas)” (Sarmiento; Martinuzzo, 2019, p. 125).

A observação de um veículo alternativo brasileiro, como é o caso do *Lado B do Rio*, acrescenta o conceito de territorialidade como um fator na ruptura epistemológica, uma vez que a contraposição aqui observada também se depara com a questão centro/periferia e toda a produção de sentidos que a referida relação carrega.

Se a homogeneização de perspectivas, do modo de olhar para certos territórios (Patrício, 2023), provoca um silenciamento e uma invisibilização de comunidades inteiras, a reivindicação de um jornalismo alternativo plural deve agir no sentido contrário, utilizando também sua natividade digital para lutar contra a forma de controle dos meios hegemônicos e disputar narrativas de territórios que também são midiaticizados, para além do espaço geográfico (Sarmiento; Martinuzzo, 2019).

Dessa forma, um projeto alternativo, qualquer que seja a sua amplitude, tem a possibilidade de apresentar perspectivas para territórios que escapem da comunidade homogênea, universalizada. Não por acaso provocou-se aqui a necessidade de pensar esse jornalismo pelo aspecto econômico e organizativo: não homogeneizar comunidades é também possuir uma cadeia de produção que não condicione um local ao pensamento universalizante (Patrício, 2023).

Logo, para introduzir um procedimento metodológico como o proposto neste artigo, é necessária a abertura dessa discussão sobre um jornalismo alternativo que: 1) se constitui como prática de contraponto epistemológico à imprensa tradicional; 2) se reivindica como prática plural, que visibiliza e viabiliza grupos sociais comumente ignorados por grupos hegemônicos de comunicação; e 3) se postula como ator político que reconhece seus posicionamentos políticos e, ao se voltar para determinados territórios, apresenta perspectivas que realmente estabeleçam seus contrapontos.

Nesse ponto, ao se ver diante de dois acontecimentos, um veículo jornalístico alternativo – como é o caso do objeto empírico deste artigo – pode reagir e propor perspectivas em construções midiáticas diante da descontinuidade que é o próprio acontecimento, esse elemento que “interrompe uma rotina, atravessa o já esperado e conhecido, se faz notar por aqueles a quem ele acontece” (França, 2012, p. 11). Dessas descontinuidades, como se poderá observar melhor na etapa metodológica, se pode identificar o elemento discursivo de um veículo incidindo sobre os acontecimentos e disputando narrativamente a visão sobre certos territórios.

Procedimentos metodológicos: a análise do discurso e as construções midiáticas sobre territórios

A etapa metodológica da pesquisa se dá com a aplicação da Análise do Discurso (Andrade; Azevedo, 2020) sobre construções midiáticas do veículo jornalístico

alternativo *Lado B do Rio*, especialmente em dois episódios do seu podcast, formato principal pelo qual o projeto produz seu conteúdo: o #234 (Lado [...], 2022b) e o #292 (Lado [...], 2023). Os episódios se alinham ao desenvolvimento da revisão teórica pela premissa de que o jornalismo alternativo efetivamente se mostra plural e dialoga com atores sociais que os grupos comunicacionais tradicionais não conseguem (ou não buscam dialogar).

A escolha de metodologia se justifica pela necessidade de identificar, em diferentes momentos da produção do objeto empírico, uma linha discursiva que revela o modo como o *Lado B do Rio* opera, ao mesmo tempo, com uma inclinação e uma integração com o território físico e a territorialidade que permeia os dois episódios. O veículo, presente em plataformas de diferentes propostas comerciais, como a produtora *Central3* (Lado [...], 2022a), a *Orelo* (Lado [...], 2023) e o *Spotify* (Lado [...], 2024), dá indícios de sua preocupação com formas alternativas de viabilidade econômica e da própria organização como veículo. Criado em 2016, o projeto tem como produção de conteúdo principal o *podcast* homônimo, costumeiramente lançado às sextas-feiras, com outros programas complementando a rotina produtiva do *Lado B*.

Dentro da problematização do jornalismo alternativo como uma oposição plural à imprensa tradicional brasileira, o *Lado B do Rio* se define como um veículo que “debate a sociedade, a cultura e a política a contrapelo, pela esquerda, se contrapondo à mídia empresarial de direita” (Lado [...], 2023). Como projeto fundado por comunicadores dos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, uma observação simples na lista de episódios do *podcast* indica um olhar amplo em termos nacionais, mas que sempre se volta para as questões locais, dos conjuntos de territórios aos quais o projeto inicialmente dedicou o seu foco.

Como se poderá observar, tratam-se de episódios com focos diferentes, com abordagens mais específicas sobre determinado território e também temáticas mais amplas. Isso se justifica pela pertinência em identificar a territorialidade tanto como espaço físico, construído midiaticamente, quanto na sua produção simbólica.

Dentro dessa proposta, o episódio #234 faz esse movimento de abordar um tema de destaque em toda a imprensa, mas realizando uma construção midiática que busca uma perspectiva diferente de uma cobertura hegemônica. O tema do episódio é a luta por direitos básicos nas comunidades, utilizando como referência o marco de 1 ano da Chacina do Jacarezinho, provocada pela ação de forças de segurança nesse território (Olliveira; Betim, 2021), assim como a destruição de um memorial em homenagem às vítimas, aproximadamente 1 ano depois (Lopes, Figueiredo e Carvalho, 2022). O entrevistado do programa integrou a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, João Luiz Silva (Lado [...], 2022b).

O episódio #292 também propõe uma outra leitura sobre questões sociais nas periferias do Rio de Janeiro, além de conectar tal tema com a questão da violência na região (Lado [...], 2023). O tema do episódio foi a apresentação dos dados do *Mapa da*

Desigualdade 2023, elaborado pela organização Casa Fluminense (Casa Fluminense, 2013). Pela factualidade do caso, o *Lado B do Rio* pode estabelecer paralelos com a chacina ocorrida na Barra da Tijuca no dia 5 de outubro, que culminou no assassinato do médico Diego Ralf Bonfim, irmão da deputada federal Sâmia Bonfim (PSOL-SP) (Saiba [...], 2023).

O que se busca, dentro das possibilidades de análise às quais esta etapa se propõe, é a interpretação de enunciados dentro dos episódios e como eles dialogam com as territorialidades que estão sendo observadas. A leitura de tais enunciados, portanto, procura pensar os lugares e sujeitos, tanto aqueles que observam quanto os que são observados na dinâmica dos acontecimentos. “Toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação” (Pêcheux, 2006, p. 53).

Identificar uma linha discursiva diante de territórios passa ainda por compreender a lógica que rege as escolhas do veículo ao decidir por abordar certos temas, com datas e entrevistados. Portanto, se a Análise do Discurso trabalha com as relações dos sujeitos e a produção de sentidos, logo com a construção da realidade (Andrade; Azevedo, 2020), cabe entender o que o *Lado B do Rio* busca construir, midiaticamente. E como tal construção se alinha com a postura alternativa a qual reivindica. Os episódios #234 e #292 existem, dessa forma, porque se inserem em uma epistemologia da comunicação alternativa, contribuindo para o debate público do qual o veículo demonstra querer participar. Sendo assim, a Análise do Discurso se dividirá em três tópicos.

O primeiro diz respeito à construção midiática de territorialidades, na qual há a identificação dos sujeitos e a postura que os comunicadores adotam diante do território e das pessoas que o integram. O segundo, elemento de subjetivação, propõe pensar as subjetividades que esses profissionais demonstram diante dos acontecimentos que estão construindo midiaticamente, ou seja, como estabelecem diálogo além da transmissão simples de informação. Por fim, o último tópico de análise trata da abordagem dos próprios acontecimentos que são os temas de cada episódio; ao contextualizá-los politicamente de uma forma e não de outra, como o veículo efetivamente está visibilizando os territórios aos quais se propôs observar?

Resultados

Os resultados deste procedimento metodológico foram extraídos dos episódios que são, efetivamente, os objetos empíricos do artigo. A seleção de determinados trechos obedece a critérios da busca pela maior identificação com os elementos discursivos propostos como instrumentos de observação.

a) Construção midiática de territorialidade

Um primeiro ponto de destaque sobre a construção midiática no episódio #234 é o modo como os comunicadores reforçam a sua defesa dos direitos humanos, tratando o território em debate no programa, a comunidade do Jacarezinho, como um local altamente impactado pela violência, tanto física quanto simbólica. Logo, um primeiro enunciado sobre território é de visibilizar a questão da violência pelo efeito prático que causa e pela produção de sentidos que, por exemplo, a destruição de um memorial causa. “[...] a polícia sobe as favelas por política do Estado, mas essa destruição é um ato independente” (Lado [...], 2022b).

Outro movimento conectado a esse, ainda no episódio #234, está na fala do convidado, João Luiz Silva, a respeito da destruição do memorial. Aqui, o ato de conectar a memória de uma das vítimas à ação material da derrubada das placas, eleva o trecho a uma produção discursiva na qual não apenas se reporta o que de fato aconteceu, mas também se ressalta um aspecto simbólico na vida daquele território: a negação ao direito da memória pelo Estado.

No dia da inauguração, um dos meninos que foi até aquele memorial veio até nós, chorando e dizendo que uma daquelas placas (gravadas no memorial) era o pai dele. Então esse moleque, o Estado não o deixou ter direito à lembrança do pai. Qual a concepção de direitos que essa criança tem? (Lado [...], 2022b).

Há, naturalmente, um conflito entre essa defesa aberta de um certo discurso, como faz o *Lado B do Rio* nos dois episódios, e o modo tradicional de se fazer jornalismo, estabelecido principalmente pela imprensa tradicional (Pachi Filho *et al.*, 2019). Dessa maneira, é possível existir uma crítica ao modo como o veículo constrói midiaticamente uma perspectiva sobre o território, reforçando a própria crítica que o jornalismo alternativo estabelece como práxis.

O episódio #292, mesmo que aborde a territorialidade de uma maneira mais ampla e com uma proposta diferente do episódio #234, também produz enunciados que realizam a construção midiática do território da região do Rio de Janeiro. Repercutindo o caso da execução do médico Diego Ralf Bonfim, o comunicador Daniel Soares dimensiona um aspecto da violência em várias localidades cariocas e fluminenses: o da lógica por trás de crimes envolvendo cidadãos considerados milicianos. “[...] a violência chegou de tal forma no Rio de Janeiro, sobretudo na Zona Oeste [...] que as pessoas ligadas ao crime não têm qualquer pudor de efetuar uma execução em um local público” (Lado [...], 2023).

Em outro momento do episódio, a entrevistada Larissa Amorim reforça a enunciação da territorialidade ao mencionar outra questão pertinente para a vida em territórios no Rio de Janeiro e sua região metropolitana: a falta de dados consistentes para a elaboração de políticas públicas.

Sempre é desafiador construir um mapa da desigualdade, porque a gente fala de uma realidade de dados, para além da capital, que é de baixíssima transparência na Baixada Fluminense e no Leste Fluminense [...]. Tem uma escolha proposital de não se estruturar os dados, para não mostrar o que de fato acontece. A política pública é construída a partir de diagnósticos (Lado [...], 2023).

Tais enunciados desenham o conceito de território pela questão dos direitos humanos, algo que prossegue nos elementos de análise do discurso que estão na sequência do procedimento metodológico do artigo: o posicionamento pessoal dos comunicadores e a realidade política dos territórios mencionados.

b) Subjetividades dos comunicadores diante da territorialidade

Outro ponto de ligeiro conflito do jornalismo alternativo é a questão da subjetividade dos seus comunicadores e como se posicionam diante dos acontecimentos. Em termos de legitimação discursiva dos posicionamentos políticos do veículo, imprimir algo da subjetividade à produção do conteúdo reforça a perspectiva lançada sobre os territórios, como faz a entrevistadora Luara Ramos ao comentar as violências sofridas pelos moradores do Jacarezinho. “Há uma violência física, da destruição, mas é também uma violência simbólica, à memória das vítimas [...] ainda que fossem ligadas ao tráfico, a gente tá falando de pessoas [...]” (Lado [...] 2022b).

Isso se torna mais evidente quando é o entrevistado, João Luiz Silva, que faz um relato pessoal, na condição de agente de direitos humanos, sobre o que encontrou na comunidade logo após a chacina. “Começamos a visitar as casas... percebemos que, se não tivéssemos entrado naquele momento, a tragédia seria muito maior. A gente viu que a ação dos militantes e ativistas pelos direitos humanos salva vidas” (Lado [...], 2022b).

O episódio #292 faz um movimento discursivo na mesma direção, ao imprimir relatos pessoais – portanto um elemento de subjetividade – à construção midiática que se desenvolve, conectando os temas da violência urbana e das desigualdades da cidade e suas proximidades. Os enunciados que assumem esse tom mais pessoal acabam por aproximar os jornalistas dos acontecimentos e, assim sendo, demonstrar com maior intensidade a postura política do veículo diante do que está sendo debatido. Isso se exemplifica no trecho da fala de Fagner Torres, outro dos entrevistados.

Me parece haver uma ingenuidade, de jornalistas da mídia corporativa, com a segurança pública do Rio de Janeiro. Para uma pessoa que vive a vida real de um carioca, o que é o meu caso, pessoas que moram ou já moraram no subúrbio, que utilizam transporte público, que não saem de suas casas só para frequentar os cartões-postais da cidade, que frequentam bairros como Madureira, Méier, Tijuca, os bairros da Zona Oeste pobre, enfim, são coisas que para a gente são altamente factíveis (Lado [...], 2023).

Essa subjetividade, manifesta em alguns momentos dos dois episódios, pode

ser vista como uma expressão explícita da epistemologia que rege a construção midiática desse veículo jornalístico alternativo. Dentro da proposta dessa práxis em ser um contraponto à imprensa tradicional, o *Lado B do Rio* mantém sua proposta de declarar abertamente quais são os seus critérios de seleção (Charaudeau, 2007).

c) O acontecimento e a realidade política dos territórios

Uma terceira parte da análise do discurso está nos próprios acontecimentos e o modo como o veículo estabelece uma cobertura política dentro dos episódios. Nesse ponto, o veículo está optando por certos posicionamentos na disputa da narrativa dos fatos, ou seja, apresentando o que aconteceu, em ambas as produções, sob a perspectiva alternativa.

Um exemplo disso está na destruição do memorial às vítimas do Jacarezinho, que, se por meios com outras posições políticas, pode ser visto como favorável à ação policial, aqui o acontecimento se inclina para as vítimas. É uma escolha que, a depender do indivíduo que ouve o programa, será rechaçada ou não.

A placa não fazia crítica à polícia, gente. Vou ler aqui: “Homenagem às vítimas da Chacina do Jacarezinho. Em 6 de maio de 2021, 27 moradores e 1 servidor foram mortos, vítimas da política genocida e racista do Estado do Rio de Janeiro [...], que faz do Jacarezinho uma praça de guerra para combater o mercado varejista de drogas que nunca vai deixar de existir. Nenhuma morte deve ser esquecida, nenhuma chacina deve ser normalizada” (Lado [...], 2022b).

A visão crítica a respeito da ação policial é intensificada com a apresentação de informações que, podendo ser confirmadas, reforçam a defesa dos direitos humanos em contraponto à postura das forças de segurança, o que é o ponto central do episódio. Fagner Torres, outro dos entrevistadores, faz esse movimento ao trazer uma declaração de um delegado da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) defendendo a operação (Santos; Satriano, 2021). “A própria chacina foi totalmente à parte da questão política porque lembra muito claramente a entrevista do delegado no dia seguinte, em que ele deixa claro que quem decidiu foi a polícia” (Lado [...], 2022b).

Ao dimensionar a realidade política dos territórios abordados no episódio #292, os comunicadores e a convidada trazem uma linha discursiva na qual a questão da violência e dos direitos humanos pode se relacionar com disputas políticas, uma vez que o médico assassinado era irmão de uma deputada federal do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Ainda que descartando a possibilidade, Caio Bellandi produz um enunciado com essa conexão.

É óbvio que eu não descarto, mas seria um nível de crime político que chegou em uma barbárie [...] que é sair em um quiosque movimentado da praia, dar quarenta tiros em quatro caras para matar só um. Não é o tipo de coisa que parece ser plausível, é um absurdo (Lado [...], 2023).

A realidade política é ressaltada no momento em que Larissa Amorim traz mais alguns dados sobre a desigualdade na região da Baixada Fluminense, nesse recorte em específico no município de Belford Roxo. Ao mencionar que 55% dos recém-nascidos tiveram um pré-natal insuficiente, a entrevistada apresenta outro aspecto da vida em comunidade: a falta de políticas públicas adequadas, que impacta a vida cotidiana das pessoas. “Essas mulheres estão parindo em uma condição de violência, de negação dos seus direitos e da sua saúde nesse momento fundamental.” (Lado [...], 2023).

Considerações Finais

O artigo propôs observar a identificação de diálogos entre o jornalismo alternativo, exemplificado pelo *Lado B do Rio*, e a dimensão política e socioeconômica de territórios diante dos quais se posiciona. Por meio da Análise do Discurso, foram destacados enunciados que demonstram a ação discursiva do veículo em dois momentos de territorialidade: em uma questão específica de certa localidade (o episódio #234) e a produção de sentidos comuns a várias regiões do Rio de Janeiro e suas proximidades.

Quanto às construções midiáticas desses dois momentos, a produção de sentidos do veículo se volta às ausências que, em diálogo com os entrevistados, o *Lado B* se postula a demarcar. Isto é, tanto ao abordar a violência nas comunidades quanto ao expor uma situação geral de desigualdade, o veículo assume um modo de construir midiaticamente a defesa dos direitos humanos e reconhece-se dentro de uma certa disputa narrativa.

No que se refere às subjetividades legitimadas nos dois episódios, nota-se uma produção de sentidos em que os comunicadores e convidados se dizem próximos da realidade dos territórios abordados. Essa proximidade provoca um debate sobre os limites éticos entre o comunicador e a realidade que ele está comunicando, o que sem dúvidas é objeto de uma extensa discussão dentro da área de estudos do jornalismo. Observando a práxis do veículo, dentro dos limites da análise, essa questão não demonstra ser incidental, mas sim um enfrentamento político às práticas da imprensa mais tradicional do país.

Por fim, um último elemento discursivo identificado é o diálogo entre as questões territoriais e contexto político em que essas localidades se inserem. Aqui, o que foi possível observar é o modo como o *Lado B* conecta as ações do Estado, e mesmo suas ausências, às questões sociais tanto do Jacarezinho no episódio #234 quanto do panorama geral das comunidades, no episódio #292.

Como contribuição para os estudos da comunicação e jornalismo alternativo, buscamos trazer a discussão sobre um jornalismo alternativo que tenta buscar, através da pluralidade e da territorialidade, elementos de reforço do compromisso

social, assim como o contraponto às práticas tradicionais das quais esses veículos constantemente procuram se distanciar.

Notas

[1] Los procesos de comunicación en el territorio agudizan una relación dialéctica donde la hegemonía comunicacional puede ser reelaborada en un proceso de resistencias y conquistas [...] y la promoción de una comunicación democrática resultan imprescindibles. Es necesario generar un sistema para conocer el barrio, un filtro por fuera de ese entramado.

Artigo submetido em 05/04/2024 e aceito em 27/09/2024.

Referências

ANDRADE, M. E. A.; AZEVEDO, N. Comunicação, memória e sentido: uma análise do discurso tecnológico midiático a respeito do festival Rec N Play. **Intercâmbio**, v. 46, p. 85-102, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/ye8wb9pw>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BARBOSA, A. Por uma teoria latino-americana e decolonial do jornalismo – critérios de noticiabilidade para o jornalismo latino-americano: o caso da revista Nossa América 2022. **Revista Alterjor**, v. 26, n. 2, p. 03-19, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/2xa7mube>. Acesso em: 3 dez. 2023.

BRITES, M. J. Comunicação e intervenção, através do jornalismo. **Aprender**, p. 5-13, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/yck2e7mw>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CASA FLUMINENSE. Mapa da desigualdade. [S.l.]. 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/2uzcu9tx>. Acesso em: 7 dez. 2023.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

DECIMA, D. L. Disputa de sentidos sobre las desigualdades en el territorio. **Actas de Periodismo y Comunicación Social**, v. 6, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/55ckx6v8>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FRANÇA, V. O acontecimento e a mídia. **Galáxia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, n. 24, p. 10-21, 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/mv34fsnz>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GÓMEZ RODRÍGUEZ, G.; CELECIA PÉREZ, C. Periodismo alternativo en contextos de violencia. Características y desafíos de dos experiencias situadas en México. **Revista mexicana de ciencias políticas y sociales**, v. 67, n. 245, p. 75-103, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/4zzztztd>. Acesso em: 21 nov. 2023.

- LADO B do Rio, **Central 3**, [S.L.], 2022a. Podcast. Disponível em: <https://tinyurl.com/3cxtxb4d>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- LADO B do Rio. **Orelo**. [S.L.], c2023. Podcast. Disponível em: <https://tinyurl.com/437vwymx>. Acesso em: 04 dez. 2023.
- LADO B do Rio #234 – Chacina do Jacarezinho e Direitos Humanos. Entrevistado: João Luiz Silva. Entrevistadores: Caio Bellandi, Daniel Soares, Fagner Torres e Luara Ramos. In: LADO B do Rio, [S.L.]. Central 3. 13 maio 2022b. Podcast. Disponível em: <https://tinyurl.com/3hnuasdj>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- LADO B do Rio #292 – Chacina na Barra e Mapa da Desigualdade RJ 2023. Entrevistada: Larissa Amorim. Entrevistadores: Caio Bellandi, Daniel Soares, Fagner Torres e Luara Ramos. In: **LADO B do Rio**, [S. L.]. Central 3. 6 out. 2023. *Podcast*. Disponível em: <https://tinyurl.com/yey3sa48>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- LADO B do Rio. Central 3 podcats. **Spotify**. [S. L.], c2024. *Podcast*. Disponível em: <https://tinyurl.com/yv44rmaj>. Acesso em: 04 dez. 2023.
- LOPES, L. FIGUEIREDO, C. e CARVALHO, B. Polícia destrói memorial feito para vítimas de operação que matou 28 pessoas no Rio. **CNN**. São Paulo/Rio de Janeiro, 13 maio 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/4jam82pe>. Acesso em: 05 dez. 2023.
- MONTEIRO, J. Notas sobre Jornalismo Comunitário. **Série Alterjor, volume 2**, p. 128-138, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/4b83sju3>. Acesso em: 05 dez. 2023.
- OLLIVEIRA, C. e BETIM, F. Mortos na chacina do Jacarezinho sobem para 28. Ao menos 13 não eram investigados na operação. **El País**. Connecticut/São Paulo: 07 maio 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n7cnr35>. Acesso em: 05 dez. 2023.
- PACHI FILHO, F. F.; SOUZA, R. B. R.; MOLIANI, J. A. Os conceitos diferenciados de comunicação e jornalismo alternativos e o mapeamento da produção acadêmica brasileira recente. **Comunicação & Sociedade**, v. 41, n. 2, p. 5-28, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/4jkdf5f5>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- PATRÍCIO, E. Elementos de decolonialidade no jornalismo de olhar periférico sob a dimensão das territorialidades. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 22, n. 42, p. 89-100, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/v5k73k29>. Acesso em: 23 dez. 2023.
- PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Trad. Eni Orlandi, Campinas: Pontes, 2006.

RAMOS, G. A participação do público na construção da pauta dos podcasts. *In: Livro de atas do III Congresso Internacional sobre Culturas: Interfaces da Lusofonia*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), 2019. p. 540-552. Disponível em: <https://tinyurl.com/mv3dztbx>. Acesso em: 13 jan. 2024.

ROCHA, D. G. Por, para e da comunidade: a campanha contra o coronavírus do Observatório das Favelas. **Revista Alterjor**, v. 23, n. 1, p. 59-73, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdzcbd2s>. Acesso em: 13 jan. 2024.

SAIBA quem são os médicos baleados no Rio. **Poder 360**. [S. l.]. 05 out. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/6fexyvhe>. Acesso em: 07 dez. 2023.

SANTOS, E.; SATRIANO, N. Polícia nega execuções no Jacarezinho e critica “ativismo judicial”: “falta de operação dá péssimo resultado”, diz delegado. **G1**. [S. l.]. 06 maio 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2nptm9p>. Acesso em: 8 dez. 2023.

SARMENTO, P. B.; MARTINUZZO, J. A. Jornalismo na internet e territorialidades contemporâneas: reflexões acerca da experiência do capixaba *Século Diário*. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 10, n. 20, p. 123-128, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/mughe2rs>. Acesso em: 23 nov. 2023.

SEMICEK, P. H.; AQUINO, M. C. Plataformização e jornalismo alternativo: presença e estratégias contra-hegemônicas do Lado B do Rio. **Revista Alterjor**, v. 26, n. 2, p. 94-110, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/fsm6j9dk>. Acesso em: 5 jan. 2024.

TRAFICO ZMG. Disponível em: <https://traficozmg.com/>. [S.l.]. c2024. Acesso em: 14 dez. 2023.

ZONA Docs. Periodismo en resistência. [S.l.]. 2017. Disponível em: <https://www.zonadocs.mx>. Acesso em: 14 dez. 2023.